

## **AJUSTE FISCAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: AS JUSTIFICATIVAS PRODUZIDAS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2014-2016)**

**Autor:** Paulo José de Carvalho Moura; **Orientadora:** Prof. Dra. Maria Chaves Jardim; **Universidade Estadual Paulista (UNESP) /Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara.**

### **INTRODUÇÃO/ OBJETIVOS**

Na década dos anos 1980, momento de construção do credo neoliberal como consenso, a preocupação com o ajuste estrutural macroeconômico - que supostamente garantiria a curto prazo a estabilidade, ameaçada pelo descontrole das dívidas externas – se tornou vigente. Na década seguinte, anos 1990, ocorreu o processo de consolidação das finanças públicas. A partir de então, o ponto fundamental das agendas governamentais passou a incorrer pela cobrança intensa da realização de superávits estruturais capazes de atender a expectativa dos agentes investidores (LOPREATO, 2013), dentro da ortodoxia convencional. A crença econômica se elucida pela metáfora utilizada pelos defensores do ajuste fiscal: “necessidade de cortar na carne”.

A pesquisa estuda o ajuste fiscal como fenômeno sociológico. A partir da sociologia econômica e da sociologia relacional de Pierre Bourdieu, busca entender as justificativas produzidas pelo governo Dilma II, para implantar seu programa de ajuste fiscal, identificando as crenças e a “gênese justificativa” que sustentaram essas políticas que visavam retomar a confiança dos agentes de mercado.

### **DESENVOLVIMENTO**

Para Bourdieu (2013), a crença dominante forma uma *doxa*, um tipo de “senso comum naturalizado”, que passa a ser seguido pelo dominados do campo e continuamente reforçado pelos dominantes. Lebaron se inspira no conceito de crença definido por Bourdieu, para pensar o campo econômico. O autor observa que as antecipações dos agentes estão intrinsecamente relacionadas às suas expectativas, ou seja, dependem de sua crença em relação ao futuro

Considerando os postulados da sociologia econômica, argumentamos que fenômenos econômicos (a implantação do ajuste fiscal durante o Governo Dilma, por exemplo) não se explicam neles mesmos, mas a partir dos

elementos sociais. São “resultado de um processo de avaliação coletiva que não pode ser reduzido a uma lei mecânica” (LEBARON, 2012, p. 41).

### **CONCLUSÕES**

O ajuste fiscal é uma crença produzida pelas escolas de economia, ainda, um fenômeno social, não apenas um dado econômico, neutro, abstrato, natural, como querem os economistas.

Diante disso, indicamos que para a legitimação do ajuste fiscal, atores diferentes utilizam de metáforas diferentes, mas com apelo social: Dilma Rousseff utiliza a metáfora doméstica: “a gente faz ajuste, como na casa da gente, sempre que a gente precisa, sempre que cai um pouco a nossa receita. Agora, um governo, ele tem de fazer o ajuste e olhar o que ele quer preservar” (BRASIL, 2015) e Joaquim Levy a metáfora da ordem cívica, do Bem Comum: “o equilíbrio fiscal é a chave para a confiança e para o desenvolvimento do crédito, que permite mais empreendedores levarem a frente seus projetos e, com isso, contribuir para a geração de emprego, o bem-estar geral e a riqueza da nação” (BRASIL, 2015). No entender da sociologia econômica, uma teoria econômica não se justifica nela mesma, mas está enraizada em elementos da sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Editora Zouk, 2002, p. 17-111.

BRASIL. Palácio do Planalto.

**Discursos**. Brasília, 2015.

LEBARON, F. **A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

LOPREATO, F. L.C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p.58-62.